

Em janeiro, governo tem superávit de R\$ 30 bilhões

Por Edna Simão e Ana Krüger | De Brasília

O governo central registrou superávit primário de R\$ 30,2 bilhões em janeiro, o segundo melhor resultado para o mês da série histórica em valores nominais. Porém, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, minimizou o desempenho e ressaltou que o importante é o resultado do fim do ano. Ele enfatizou que, em fevereiro, por exemplo, a tendência sazonal é de déficit, devido a maior transferência de recursos para Estados e municípios.

O resultado de janeiro foi diretamente influenciado pela concentração de receitas de Imposto de Renda Pessoal Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em janeiro, além das participações especiais da exploração de recursos naturais (royalties de petróleo). Além disso, a execução do orçamento foi lenta, como ocorre em todo início de ano e principalmente de governo.

Segundo Mansueto, o

empocamento de recursos nos ministério (limite autorizado para gasto e não utilizado) é de R\$ 6,2 bilhões, mesmo com a decisão do governo de fazer um bloqueio preventivo no orçamento de 1/18 avos até a realização da revisão das receitas e despesas primárias em março.

Como em todos os meses, Mansueto defendeu a aprovação da reforma da Previdência para conter o aumento das despesas obrigatórias e abrir espaço no Orçamento para ampliar das discricionárias, como investimento. Também defendeu o controle "daqui para frente" dos reajustes salariais dos servidores públicos, que nos últimos quatro anos receberam aumentos acima da inflação.

Em 12 meses, o rombo do governo central (que inclui as contas de Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) é de R\$ 123,5 bilhões (1,75% do PIB), inferior à meta do déficit para o ano, de R\$ 139 bilhões. A deterioração fiscal nos últimos anos ocorreu principalmente pelos aumento de gastos como o de pagamento de aposentadorias e

pensões.

Para 2019, o governo projeta que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que agrega os trabalhadores da iniciativa privada, e o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), que considera os servidores públicos civis e militares, fechará o ano com déficit de R\$ 309,4 bilhões. No acumulado em 12 meses até janeiro, os dois regimes registram um rombo de R\$ 288,8 bilhões.

Mansueto destacou que a deterioração fiscal se reflete na queda do resultado primário de 4,7 pontos percentuais do PIB entre 2011 e 2016. Ele destacou que isso ocorreu com aumento de 3,2 pontos da despesa e queda de 1,5 ponto percentual da receita líquida. "Algumas pessoas dizem que o resultado fiscal piorou porque teve recessão e a receita desabou. Isso não é totalmente verdade. Isso só responde por um terço da piora fiscal. Dois terços são de aumento da despesa", disse. Com o aumento das despesas obrigatórias, as discricionárias caem desde 2015 e voltaram aos níveis de 2010 (em





termos reais).

Os sucessivos déficits das contas públicas tornaram mais complicada a tarefa de cumprir da chamada "regra de ouro", dispositivo legal que impede a emissão de dívida para pagamento de despesas correntes como salários. Para este ano, o Tesouro projeta uma insuficiência para regra de ouro de R\$ 93,9 bilhões. Para atender essa regra, o governo deve enviar até junho projeto de lei solicitando a autorização para emitir cerca de R\$ 250 bilhões em dívida para garantir o pagamento de algumas despesas obrigatórias. Se não for usado todo esse valor, a sobra vai garantir o cumprimento em 2020 e 2021.

A folga no atendimento da "regra de ouro" pode acontecer porque a perspectiva é de que o Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico Federal (BNDES) antecipe ao Tesouro pagamento de empréstimo no momento superior aos R\$ 26 bilhões acertados em contrato. Além disso, a mudança nas regras de cancelamento dos chamados restos a pagar também vai ajudar. A estimativa é de cancelamento automático de R\$ 30 bilhões neste ano em novembro.

Mansueto ainda considera necessário o envio de uma proposta de emenda constitucional ao Congresso Nacional para mudar os parâmetros da "regra de ouro", estabelecendo instrumentos de adequação. Hoje, segundo ele, "cumpre ou descumpre". "Deixou de ser um problema imediato deste ano e possivelmente do próximo, mas será necessária [a PEC]", disse.

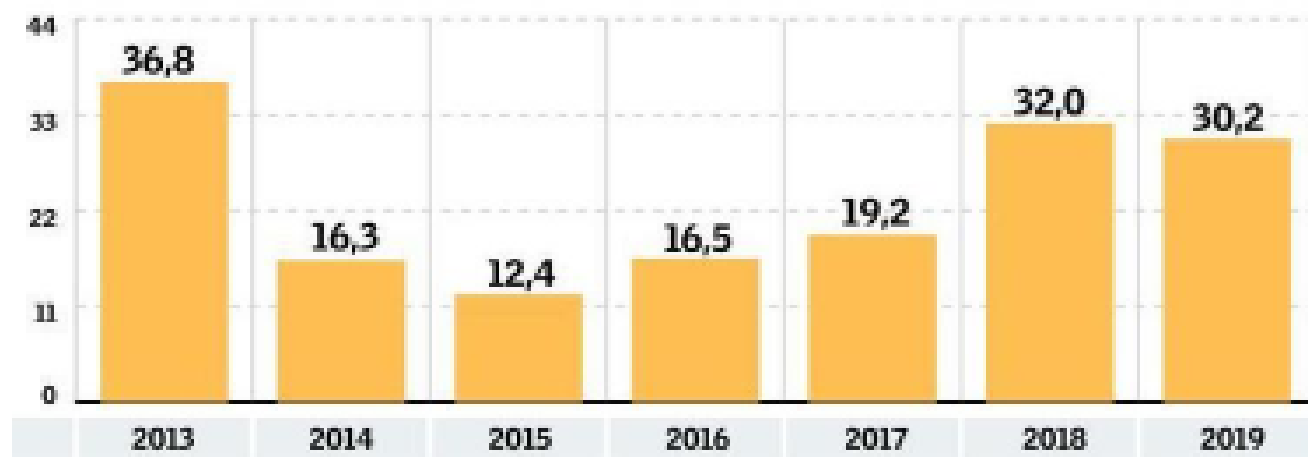




Alívio de janeiro

Como é rotina no período, governo central tem superávit primário

■ Resultado primário em janeiro em valores de 2019, em R\$ bilhões



■ Desempenho do governo central

	Jan/19 (R\$ bi)	Variação*, em %
Receitas administradas	109,2	-4,2
Arrecadação para Previdência	32,3	8,6
Receitas não administradas	19,5	6,3
Transferência de receitas	23,9	15,5
Receita líquida	137,0	-3,0
Benefícios previdenciários	46,1	2,5
Pessoal e encargos sociais	26,1	-1,9
Outras despesas obrigatórias	21,6	-4,7
Despesas do Exec. sujeitas a programação	13,0	-13,8
Despesa total	106,8	-2,3
Primário governo central	30,2	-5,5

Fonte: Tesouro Nacional. * Em relação ao mesmo período de 2018